

BRASLIND: Português falado pelos povos indígenas

Talita Rubim de Almeida¹

Orientadora: Kathlen Luana de Oliveira²

RESUMO

O Brasil constitui um dos países com maior diversidade indígena do mundo, reunindo cerca de quatrocentas etnias e aproximadamente trezentas línguas distintas. Apesar dessa expressiva riqueza sociolinguística, os povos indígenas seguem enfrentando profundas desigualdades sociais, dificuldades de acesso a direitos básicos e riscos constantes de apagamento de suas línguas. Desde o período colonial, o português foi imposto como mecanismo de dominação, produzindo o silenciamento e a marginalização das línguas originárias. Nesse contexto, a língua é compreendida não apenas como instrumento de comunicação, mas como elemento vital, articulando memória, espiritualidade, território e identidade. Para muitos povos indígenas, a língua é concebida como um ser vivo, portador da história e da força ancestral. Essa forma de expressão, denominada BRASLIND, não deve ser compreendida como um “português incorreto”, mas como uma língua indígena legítima, viva, que articula resistência e resgata memórias. O BRASLIND expressa pertencimento e reafirma cosmologias indígenas, constituindo-se como território político de luta pela valorização da existência, do território. A ausência desse reconhecimento contribui para a reprodução do preconceito linguístico e da exclusão, especialmente nos espaços educacionais. Assim, esta pesquisa, de caráter bibliográfico e exploratório, fundamentada em referenciais produzidos por pesquisadores indígenas, tem como objetivo evidenciar a importância do reconhecimento do BRASLIND como língua falada pelos povos indígenas brasileiros, visando o reconhecimento de epistemologias indígenas no espaço acadêmico para construção de uma sociedade mais justa, plural.

Palavras-chave: línguas indígenas; BRASLIND; memória

1 INTRODUÇÃO

O Brasil constitui um dos países com maior diversidade indígena do mundo, reunindo quase quatrocentas etnias e cerca de trezentas línguas distintas. Contudo, apesar dessa riqueza sociolinguística, os povos indígenas seguem enfrentando desigualdades profundas, dificuldades de acesso a direitos básicos e riscos constantes de perda de suas línguas. Nesse contexto, a língua é compreendida não apenas como instrumento de comunicação, mas como elemento vital: é memória, espiritualidade, território e identidade (Rubim, 2023). Para muitos povos, ela é um “espírito”, um ser vivo que guarda a história e a força dos ancestrais.

¹ Trabalho de conclusão de curso no formato de artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título Especialização em Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Osório, 2025.

² Sob a orientação de professora Dra. Kathlen Luana de Oliveira – IFRS campus Osório.



Historicamente, desde a colonização, o português foi imposto como mecanismo de dominação, o que resultou no silenciamento e no apagamento de grande parte das línguas indígenas. Ainda assim, os povos originários resistiram e, nesse processo, criaram modos próprios de falar português, incorporando sons, estruturas e lógicas de suas línguas maternas. Essa forma de uso, denominada **BRASLIND**, não representa um “português errado”, mas sim uma língua indígena com gramática, coerência interna e história própria.

A essência do BRASLIND se dá no fato de que ele expressa resistência, memória, identidade e pertencimento. Ao transformar o português imposto, os povos indígenas reafirmaram suas cosmologias e produziram uma língua que carrega sua visão de mundo. Por esse motivo, pesquisadores e pesquisadoras indígenas defendem o reconhecimento do BRASLIND como língua legítima, e não como mera variação do português. A falta desse reconhecimento ainda produz preconceito, reprovação escolar e exclusão, sobretudo no contexto universitário.

Além disso, o artigo dialoga com a proposta de **indigenização do conhecimento**, defendida por autoras como Célia Correa Xakriabá (2018). Essa perspectiva busca inverter a lógica colonial da academia: em vez de exigir que estudantes indígenas se adaptem ao modelo ocidental, propõe que o conhecimento ocidental seja transformado pelos saberes dos povos originários.

Embora a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tenha declarado os anos de 2022-2032 como a Década das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032), o BRASLIND ainda possui desafios para seu reconhecimento. Nesse sentido, esta pesquisa, de caráter bibliográfico exploratório, tem como objetivo apresentar a importância do reconhecimento do BRASLIND como língua falada pelos povos indígenas brasileiros. Para isso, primeiramente a compreensão de língua será problematizada situando a complexidade contextual, política. O referencial teórico consiste em pessoas pesquisadoras advindas de comunidades indígenas que possibilitam compreender a epistemologia indígena em seu protagonismo. Num segundo momento, O BRASLIND será conceituado e relacionado como um território de luta para a preservação cultural, para a valorização da identidade e para a construção de políticas linguísticas e educacionais inclusivas.



Metodologicamente, um primeiro aspecto que cabe destacar é de que a autora desta pesquisa é uma mulher indígena. Nesta perspectiva, a pesquisa assume um caráter profundamente implicado, uma vez que o estudo sobre o BRASLIND é conduzido a partir do lugar de fala de uma **mulher indígena do povo Kokama**. Essa condição biográfica, política e identitária não apenas orienta a seleção do referencial teórico — composto por intelectuais de diversas etnias como Tukano, Munduruku, Baniwa, Krenak, Yanomami e Xakriabá —, mas atua como uma ferramenta analítica de decolonização do saber. Ao pesquisar o BRASLIND, a pesquisadora não se posiciona como uma observadora externa, mas como sujeito de uma língua viva que articula resistência e memória. Assim, a investigação bibliográfica e exploratória transita para uma práxis de autoafirmação epistemológica, onde a presença Kokama na academia desafia o silenciamento histórico e reafirma a língua como um território político e ancestral de pertencimento.

Como segundo aspecto, cabe ressaltar que se trata de uma escrita em diálogo com outras pessoas indígenas. A escolha por um referencial teórico composto em sua maioria por pesquisadores e pesquisadoras indígenas - Tukano, Munduruku, Baniwa, Krenak, Yanomami e Xakriabá - não é apenas uma decisão metodológica, mas um posicionamento político que visa confrontar o silenciamento histórico sobre esses conhecimentos e existências. No entanto, durante o percurso desta pesquisa exploratória, evidenciou-se a complexidade de localizar textos que apresentassem uma investigação profunda e específica sobre o BRASLIND. A escassez de registros acadêmicos detalhados sobre essa língua reforça o apagamento e as dificuldades das próprias comunidades originais em debater esse tema. Afinal, há tantas urgências, tanta carência sobre o pensar indígena que problematizar o BRASLIND não ganha fôlego investigativo.

Assim, no tópico 2 denominado Línguas Indígenas: Vitalização, Língua-Espírito e Resistências será problematizado conceitos como o de Língua, delimitando-se no contexto indígena. Logo, será investigada a dimensão ontológica da fala, compreendendo-a como um organismo vivo que articula espiritualidade e território frente às tentativas históricas de silenciamento. No tópico 3, BRASLIND: Português Falado pelos Povos Indígenas, o BRASLIND será analisado não apenas como um



fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta política de resistência que desafia o preconceito e reafirma as epistemologias indígenas. Ao conduzir este percurso a partir da identidade Kokama, a pesquisa deixa de ser uma observação externa para tornar-se um ato de retomada, visando a construção de uma sociedade que reconheça a pluralidade e a força das vozes que são território brasileiro.

2 LÍNGUAS INDÍGENAS: VITALIZAÇÃO, LÍNGUA-ESPÍRITO E RESISTÊNCIAS

As línguas indígenas no Brasil constituem um patrimônio civilizatório de inestimável valor, expressando modos próprios de conhecer, interpretar e relacionar-se com o mundo. Com mais de uma centena de línguas ainda faladas, distribuídas entre diferentes famílias linguísticas e inúmeras comunidades, essa diversidade revela a profundidade histórica e cultural dos povos originários, bem como a complexidade de seus sistemas de pensamento. Para além de instrumentos de comunicação, essas línguas são depositárias de memórias coletivas, práticas socioculturais, formas de organização comunitária e conhecimentos ambientais sofisticados. Reconhecer sua importância implica não apenas valorizar a pluralidade linguística do país, mas também afirmar o direito dos povos indígenas à continuidade de suas expressões culturais e à preservação de seus repertórios identitários.

O Brasil possui uma diversidade social e regional peculiar, o que se reflete nos dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2024). A análise, decorrente do Censo de 2022, demonstra os indicadores fundamentais para se compreender os desafios atuais e orientar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico. Os dados do censo de 2022 nos mostram os seguintes dados da população Indígena:

Quadro 1: Alguns dados étnico-linguísticos - IBGE 2022

- *391 etnias identificadas (eram 305 em 2010).
- *295 línguas indígenas faladas (eram 274 em 2010).
- *Mais da metade da população indígena (53,97%) já vive em áreas urbanas.
- *São Paulo é o estado com maior número de etnias declaradas (271).

Fonte: elaborado pela autora com Base em IBGE 2024



A alfabetização indígena também apareceu nos dados de 2022 do IBGE. Cerca de “84,9% (1,0 milhão) das 1,2 milhão de pessoas indígenas com idade igual ou superior a 15 anos sabiam ler e escrever um bilhete simples, no idioma que conhecem” (Secretaria de Comunicação Social, 2024). Mesmo os números sendo melhores que 2010, os dados revelaram que em terras indígenas (TI) a redução do analfabetismo foi maior, a taxa caiu de 32,3% para 20,8%. Ainda as pessoas com mais idade e homens possuem índices maiores de analfabetismo. Contudo, pesquisadores do IBGE admitem as dificuldades logísticas para a obtenção dos dados, em especial nas regiões norte e nordeste (Secretaria de Comunicação Social, 2024). Ainda, há uma invisibilidade jurídica que impede acesso a serviços básicos, que impede a implementação de direitos. Portanto, o Censo 2022 mostra um Brasil indígena mais diverso e plurilíngue, mas também marcado por graves desigualdades sociais.

Segundo a professora, pertencente à etnia kokama, Altaci Rubim (2023), a língua é o que sustenta a cultura e a cidadania dos povos indígenas. Ela afirma que a resistência desses povos continua viva e se transforma tanto nas comunidades quanto nas cidades. “A língua indígena não é apenas comunicação entre humanos; é diálogo com o mundo ao nosso redor” (Rubim, 2025, p. 31). E como foi exposto no Museu da Língua Portuguesa no ano de 2023, **língua-território-ancestralidade** não se separa.

Nossas línguas são territórios. Somos parte da caminhada de nossos ancestrais: ocupando, demarcando e declarando que esta Terra tem muitos nomes. Esta matéria de tantas matas tem muitas frutas, e as famílias de línguas indígenas são árvores de tronco forte, com raízes profundas, que mesmo quando cortadas são capazes de rebrotar. (Tukano, 2023).

O fortalecimento das línguas indígenas constitui um dos principais pilares de sustentação da cultura e da cidadania dos povos indígenas, uma vez que a língua não se limita a um instrumento de comunicação, mas se configura como espaço de produção de saberes, identidades e modos próprios de existência (Baniwa, 2006; Maher, 1998). Nessa perspectiva, a resistência indígena não se restringe à preservação de tradições concebidas como estáticas, manifestando-se de forma dinâmica e contínua tanto no interior das comunidades quanto nos contextos urbanos, onde línguas e identidades indígenas são constantemente (re)significadas frente às



heranças do colonialismo e aos processos de homogeneização cultural³ (Mignolo, 2003; 2005, Walsh, 2009; Quijano, 2000).

Seguindo ainda os caminhos de Altaci Rubim (2025), é preciso pensar em **vitalização da língua**. Isso traz a importância de não pensar em moldes prontos e hegemônicos de ensino de uma língua, mas surgem entrelaçamentos com o a memória, com a existência. O ser indígena nesse mundo requer o fortalecimento dos registros, o que resulta num fortalecimento da língua e num fortalecimento da própria comunidade.

O vitalismo [...] abrange o conceito de vida em um sentido amplo, enfatizando a importância do corpo, da natureza e da luta pela subsistência. Para os povos indígenas, esse conceito de vitalização é fundamental porque está intrinsecamente ligado à preservação e revitalização de suas línguas e culturas. Vitalizar uma língua significa mais do que ensiná-la; é manter viva a força, a identidade e a conexão cultural que essa língua representa. Assim, a vitalização é uma forma de resistência e afirmação cultural, garantindo que as tradições e o conhecimento ancestral continuem a fazer parte da vida cotidiana das comunidades indígenas. Enquanto que revitalizar é dar uma nova vida à língua, ela quase não tem mais lembradores, necessitando de documentos, registros, gravações, rituais para voltar a ser falada. Foi na busca por respostas que trouxessem perspectivas, caminhos para o fortalecimento das línguas indígenas pelos próprios indígenas. (Rubim, 2025, p. 35).

A língua faz parte de nós. É por meio da língua que transmitimos nossos ensinamentos, seja nos cantos, nas benzeduras e até nos nomes que recebemos quando ainda somos crianças. Além disso, é através dela que aprendemos nossos costumes e os cuidados com as plantas, com a floresta, com os animais, com os rios e com todos os mundos que conhecemos. É também pela língua que nos conectamos

³ A teoria decolonial é uma perspectiva crítica que busca superar a colonialidade - a persistência das hierarquias, racismos e formas de saber e poder europeias. Originada especialmente na América Latina, a proposta é "reexistir" conhecimentos ancestrais, indígenas e africanos, questionando a universalidade do pensamento ocidental. Alguns autores preferem "decolonial" (sem o 's') para indicar que não se trata apenas de desfazer o colonialismo ("descolonizar"), mas de um posicionamento contínuo de ruptura com a lógica colonial de poder, saber e ser. Não há consenso entre os termos decolonial/ descolonial. As duas formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos. Aníbal Quijano, entre outros, prefere descolonialidad, enquanto a maior parte dos autores utiliza a ideia de decolonialidad. Principais autores incluem Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Walter Mignolo, Enrique Dussel e Nelson Maldonado-Torres. Para Walsh (2009), tirar o "s" não é adotar um anglicismo, mas a introdução de uma diferença no "des" castelhano. Não se pretende apenas desarmar ou desfazer o colonial.



aos sonhos e, com a Abya Yala⁴, reverenciamos o mundo ao qual pertencemos. Nas palavras do Xamã Davi Kopenawa: “A língua é importante. Essa língua materna é nossa arma para defender o nosso direito, defender nosso direito à terra, à floresta. Essa é a minha fala. Eu sou instrumento do meu povo Yanomami. Ancestrais. Instrumento xapiri” (2025, s.p.).

De forma semelhante, para o escritor Ailton Krenak, a língua é vida, memória, sobrevivência. Língua está vinculada à criação dos mundos.

A língua é uma **tecnologia de sobrevivência**. E a humanidade está ficando pobre em seus meios de sobrevivência. [...] Essas práticas implicam no uso da língua, para cantar, para falar. É um ativador de memória linguística. A língua é uma **chave de compreensão dos fenômenos**. Se a gente perde essa chave, perdemos a magia da poética de estar vivo, de produzir e criar mundos. Porque uma **língua é capaz de criar mundos**. (Krenak, 2024, s.p. Grifo nosso)

Há uma imensidão de comunidades; há uma imensidão de identidades, de memórias e de línguas. Somos povos singulares com características e cosmovisão própria, somos indígenas em todos os espaços que ocupamos, ali levamos nosso povo junto porque sempre estaremos conectados de uma forma ou de outra dentro dos nossos costumes, cultura, língua e cultura, por isso a língua faz parte de nós.

Davi Kopenawa alerta que “as línguas indígenas começaram a ficar ameaçadas há muito tempo”. (2020, p. 10). Na história da invasão das terras, além de genocídios, houve processos de colonização que tentaram aniquilar, proibir, substituir as identidades indígenas. Além disso, a complexidade da escrita e da produção objetiva em termos de publicações que as línguas dominantes possuem acabam impondo-se sobre as oralidades das comunidades indígenas. Como alerta Davi Kopenawa “a língua portuguesa é doce, como o caldo da cana” (2020, p. 10), isso aponta para a sedução que leva à aniquilação da história.

Antigamente, os antepassados dos napëpë chamaram as crianças e os jovens indígenas para torná-los napëpë. Eles ensinaram aos jovens índios⁵ o

⁴ Termo da língua Kuna, para o continente americano, significa “Terra Madura”, “Terra Viva” ou “Terra em Florescimento”. (cf. Rubim, 2025)

⁵ Uma pessoa indígena pode utilizar vários termos para referir-se a si mesma. Entre etnias diferentes costuma-se utilizar o termo parente, família. O que não é recomendado é a cultura branca não ser cuidadosa quando se referenciar às comunidades indígenas. Assim, o termo “indígena” reconhece a identidade, pluralidade e direitos dos povos nativos. Significa originário da terra. O termo “índio” deve



que ensinavam aos napëpë: os escolarizaram e os proibiam, então, diziam assim para essas crianças e jovens: ‘Aprenda minha língua! Aprenda minha língua napëpë, pegue a de verdade, para você falar! Vamos fazer sua língua acabar!’ – Foi isso que os brancos disseram. – ‘Eu só entendo mesmo a minha língua, então, se você aprendê-la, será bom! Vocês não falem mais suas línguas! Deixem de falá-las, vamos fazer sua língua acabar! Aprendam só nossa língua de branco, então, quando vocês aprenderem mesmo a nossa língua, vai se tornar uma língua só!’ – Assim que os brancos disseram e ainda dizem para nós. Dizem sempre! **Os brancos não pensam que sabemos pensar.**

Se nós não cuidarmos da nossa língua, ela vai acabar! Daqui a muito tempo nossas línguas vão acabar! O português já entrou lá na região de Ajuricaba. Já mordeu primeiro lá em Ajuricaba. Pelo fato dos napëpë terem chegado lá e dito para os Yanomami: **‘Não fale a sua língua!** Fale a minha língua! Só assim vou entender! Se você falar sua língua, eu não entendo’. Por terem dito isso para os Yanomami, na terra dos Kepropëthëri (grupo yanomami de Ajuricaba), a língua dos brancos grudou ali, as palavras dos brancos já grudaram no pensamento dos Yanomami. ‘Hoo... a língua dos brancos é muito boa! A língua dos brancos soa muito bonito! Nós, agindo como Yanomami vamos fazer acabar nossa língua’. Então, foi assim que acabou. Faz muito tempo que isso também aconteceu com a língua dos Macuxi e Wapichana. Já fizeram acabar as línguas desses povos!

A língua portuguesa é doce, como o caldo da cana, eu já sonhei isso: ‘Fique esperto! **O português é doce, como o caldo de cana!**’. Por que é doce? Por ter a intenção de fazer sua língua acabar. Quando você a engolir, quando você a coloca para dentro de si, você se apaixona por ela. **Ao se apaixonar pelo português, você para de agir como Yanomami.** Vocês dizem que ‘nós vamos virar napë’, mas eu digo que nós não nos tornamos brancos. As crianças apenas pegam a língua portuguesa à toa, nossa pele não se torna napë, nossos olhos não se tornam napë, é isso que eu digo para os jovens. (Kopenawa, 2020, p. 10. Grifo nosso)

Com essa ameaça constante, Altaci Rubim afirma que “as línguas indígenas estão adormecidas, não foram extintas” (2023, s.p.). Para a pesquisadora kokama, a língua a partir das compreensões indígenas é como um espírito e não segue as concepções clássicas ocidentais de sistema ou de gramática. Trata-se de um vínculo com a ancestralidade que carrega a memória de um povo. E isso também não se encaixa numa interpretação religiosa, pois é uma relação direta com as experiências vividas.

Se for pra **Saussure**, vamos ter a língua como sistema. Na concepção de **Noam Chomsky**, a concepção de língua é dada na gramática universal. É outra forma de pensar. Na nossa concepção de língua, também temos a língua espírito. Os nossos espíritos só falam na língua de cada povo.

ser evitado, pois foi imposto pelos colonizadores que apaga a diversidade cultural, rotulando todos os povos como um só, frequentemente associado a estereótipos. Prefira usar "povos indígenas", "povos originários" ou, melhor ainda, o nome específico da etnia. (Cf. MUNDURUKU, 2018 e BANIWA, 2006).



Sabendo que existe a língua espírito, então nessa concepção é que ela não morre, não pode ser considerada sempre extinta. (Rubim, 2023, s.p.).

Além disso, a concepção de “língua-espírito” segundo a Altaci Rubim, é uma inovação, é uma outra epistemologia. Trata-se de um conhecimento além do palpável que carrega as lutas históricas.

A proposta de uma nova concepção de língua, enquanto língua espírito, é fundamental como pensamento fundante **das epistemologias indígenas**, pois distingue-se das concepções ocidentais de línguas, e não pode ser entendida como uma concepção religiosa das línguas indígenas. Ao contrário, a concepção de espírito está **relacionada à ancestralidade dos povos voltadas às experiências locais** de retomadas, revitalização, vitalização e fortalecimento das línguas indígenas. Nesse sentido, os espíritos das línguas e os ancestrais dos povos indígenas usam os sons do maracá, dos cantos dos rituais, dos ventos, das aves, dos animais, de todos os instrumentos xamânicos, com a intenção de pedir socorro para frear as ações que causam a morte do planeta terra. Ações de queimadas, de poluição, de contaminações, de eventos extremos como secas, chuvas torrenciais, produzindo cheias dos rios e desmoronamentos, avalanches, degelos, aquecimento global, entre outros, desequilibram e ameaçam a biodiversidade do planeta.

Os espíritos ancestrais dos nossos antigos que são a vida no planeta despertam e falam por meio das línguas. Com essa grandeza, apresenta-se independente do sujeito que lhe observa, possui vida, saberes, concepções de mundo que desafiam o entendimento da ciência e dos conhecimentos ocidentais. **É uma união, é uma existência, é uma afirmação que nos leva a pensar em uma nova realidade epistêmica.** Por não ser visível, obrigamos a novas formas de compreensão, porque “o espírito” não se vê, mas, todavia, está sempre presente nos rituais, nos cantos, nas aves, nos animais, nos rios, nas matas, nos saberes tradicionais e na cosmovisão dos povos indígenas. Em cada cura, em cada ensinamento, estão presentes os espíritos das línguas. (Rubim, 2025, p. 54-55. Grifo nosso)

Dessa forma, nós indígenas entendemos que sem nossa língua somos pessoas sem amor e sem vida. Sobrevivemos apenas caminhando, e muitos chegam a perder a razão de viver, porque a língua é espírito. A concepção de língua como espírito de Rubim não se refere às línguas trazidas e faladas pelo invasor, como o português, espanhol ou o latim, reconhecidas oficialmente e usadas em espaços religiosos. Ao contrário, nossa língua está ligada aos nossos antepassados e dá vitalidade ao nosso povo, que pertence a uma grande nação indígena.

Além disso, acreditamos que os espíritos das línguas chamam atenção para a crise ambiental atual. Em diferentes momentos, as manifestações da natureza se intensificam como forma de alerta. Somos orientados pelos ancestrais a cuidar e



proteger nossa língua porque ela é viva. Muitas vezes isso foge à compreensão dos não indígenas, como mostra Rubim (2025).

Diante disso, é possível traduzir “língua-espírito” de várias formas, pois cada povo possui sua própria cosmologia. Segundo o Grupo de Trabalho Nacional-BR/DILI 2022-2032, a língua-espírito recebe vida em cada língua sendo traduzida como “língua de vida, língua território, palavra de vida, palavra de acolhimento, palavra do coração”. (2025, p. 1-2).

Como ainda exemplifica o Grupo de Trabalho Nacional-BR/DILI 2022-2032, para o povo Guarani Mbyá, a “alma-palavra” (*nhe’e*) conecta cada pessoa ao tempo das origens, as belas palavras (*ayvu rapyta*). As comunidades indígenas no Nordeste brasileiro, que sofreram com a ruptura da transmissão intergeracional, elaboram resistências a partir de uma transmissão da língua de forma cosmológica. São línguas dos “encantados” que possuem rituais, cerimônias. Já para os Hupda, do Alto Rio Negro, são as “pessoas-sopro”: línguas sopradas, cantadas e assobiadas. Os Bakairi entendem a língua ligada ao corpo, ao milho e à flauta. Os Kisêdjê relacionam a língua ao corpo adornado, que potencializa fala e audição. Ainda nessa perspectiva, há as línguas xamânicas, usadas para cura, proteção e comunicação com seres invisíveis. Nelas, a fala não é apenas vocal: inclui sopros, murmúrios, cantos e assobios. (2025, p. 2)

Na atualidade, intensifica-se a urgência em preservar e fortalecer as línguas indígenas, considerando a multiplicidade de situações sociolinguísticas que atravessam os povos. As línguas estão adormecidas e precisam ser revitalizadas. No âmbito da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032), instituída pela UNESCO, reconhecer os territórios como documentos vivos implica afirmar a inseparabilidade entre língua, terra, corpo e conhecimento, princípio central das pedagogias interculturais críticas. Nessa direção, a promoção do plurilinguismo configura-se como um ato político-pedagógico de enfrentamento à colonialidade do saber e do poder, convocando povos indígenas, Estados e instituições educacionais a assumirem uma responsabilidade coletiva na garantia do direito à palavra e à existência linguística.



Assim, promover o status das línguas indígenas em escala global requer investimentos estruturais no plurilinguismo, entendido como horizonte ético de justiça linguística e cognitiva. Vive-se, portanto, um momento histórico para a diversidade linguística mundial, que interpela a educação intercultural a reafirmar seu compromisso com a reativação, o fortalecimento e a circulação das línguas indígenas, reconhecendo-as como patrimônios vivos da humanidade e como fundamentos de projetos plurais de mundo.

3 BRASLIND: PORTUGUÊS FALADO PELOS POVOS INDÍGENAS

Preservar uma língua já é uma tarefa imensa. Contudo, o que percebemos é a necessidade de relação entre culturas e línguas diferentes. Como buscar entendimentos? Como ser ouvida enquanto comunidade indígena na sociedade brasileira? Como ficam as barreiras de comunicação que precisam ser superadas até mesmo para que seja possível resistências concretas contra as violências e extermínio das comunidades indígenas?

A comunicação das comunidades indígenas com a sociedade não indígena e até com outras comunidades indígenas constitui um elemento estratégico para o fortalecimento de seus direitos, de suas lutas políticas e de suas formas próprias de organização social. Ao possibilitar o diálogo intercultural, a comunicação amplia a visibilidade das demandas indígenas no espaço público, favorecendo o acesso a políticas públicas, à justiça e à participação cidadã, ao mesmo tempo em que tensiona as relações historicamente assimétricas produzidas pela colonialidade do poder e do saber. Paralelamente, a comunicação entre os próprios povos indígenas — em suas línguas originárias, em línguas de contato ou em formas plurilíngues — fortalece redes de solidariedade, circulação de conhecimentos ancestrais e articulação política coletiva, reafirmando a diversidade linguística como fundamento da autonomia, da resistência e da construção de projetos comuns de futuro.

Nesse sentido, como uma ponte surge a proposta do BRASLIND. Trata-se do português falado pelos povos indígenas. Assim, uma cartilha elaborada pela Força tarefa global para a década das línguas indígenas das Unesco (Rubim, 2024) apresenta o conceito e a importância do BRASLIND, entendendo-o como uma



modalidade de português profundamente influenciada pelas estruturas e características das línguas indígenas. Essa forma de português reflete a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas e é resultado da interação contínua entre o português e as diversas línguas nativas.

Quadro 2: Aspectos históricos para o BRASLIND

<p>1500–1600: Início da imposição linguística Invasão dos colonizadores portugueses. Uso da religião e da catequese para difundir a Língua Geral e o português. Primeiros processos de silenciamento e punição ao uso de línguas indígenas.</p>
<p>1757: Diretório Pombalino Proibição formal das línguas indígenas. Imposição obrigatória do português como instrumento de “civilização”. Desestruturação das Línguas Gerais no Norte, Nordeste e Centro-Sul.</p>
<p>Século XIX: Consolidação do monolinguismo O Estado brasileiro adota o português como única língua legítima. Políticas de escolarização que reprimem línguas indígenas. Expansão de aldeamentos e do controle missionário.</p>
<p>1910–1967: Serviço de Proteção ao Índio (SPI) Práticas paternalistas e assimilações forçadas. Incentivo indireto ao abandono das línguas indígenas. Generalização do português em contato com diversos povos, dando origem às primeiras variedades indígenas do português.</p>
<p>1967– atualidade: FUNAI e escolarização indígena Continuidade das políticas de escolarização em português, mesmo nas aldeias. Introdução de projetos bilíngues, ainda que com limitações práticas. Fortalecimento da presença do português como segunda língua.</p>
<p>1988: Constituição Federal Reconhecimento oficial das línguas indígenas como patrimônio cultural. Criação de políticas de educação intercultural bilíngue (ainda insuficiente).</p>
<p>2000–2020: Emergência do protagonismo indígena Pesquisadores indígenas passam a questionar o paradigma ocidental de língua. Produção teórica sobre “língua-espírito”, territorialidade e cosmologias linguísticas. Consolidação de estudos sobre variedades indígenas do português. Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032) A UNESCO reconhece o BRASLIND como língua indígena. Inserção do BRASLIND no Atlas Mundial das Línguas. Reivindicações acadêmicas e políticas para sua valorização e ensino.</p> <p>Hoje BRASLIND é compreendido como língua viva, marcada por identidade, ancestralidade e resistência. Debates sobre políticas públicas, práticas educacionais e combate ao racismo linguístico.</p>

Fonte: elaborado pela autora baseado em Gorete Neto 2022a



O documento explica que o BRASLIND **não é apenas um dialeto ou variação do português**, mas uma forma de expressão que carrega marcas linguísticas e culturais das línguas indígenas originais. Essa modalidade assume importância **sociolinguística e política**, pois pode atuar como um caminho para **reconectar falantes ao patrimônio linguístico ancestral**, especialmente em contextos onde línguas indígenas estão ameaçadas ou em processo de dormência. (Rubim, 2024)

Assim, a cartilha busca promover maior reconhecimento e valorização do português indígena, **reconhecendo-o como componente legítimo da diversidade linguística brasileira** e ferramenta para ampliar o diálogo cultural, educacional e político sobre os direitos linguísticos dos povos indígenas. (Rubim, 2024)

O reconhecimento e a valorização do BRASLIND são fundamentais para a preservação cultural, o respeito à diversidade, a formulação de políticas públicas inclusivas e o fortalecimento das identidades indígenas. Reconhecer o BRASLIND é reconhecer as vozes históricas que, mesmo atravessadas pela colonização, mantêm viva a memória e a singularidade das comunidades originárias do Brasil.

Existem comunidades indígenas que falam formas próprias de português, integradas às suas tradições e modos de vida. Um exemplo é o do **Povo Tapuia**, localizado no Carretão, em Goiás, que resiste historicamente diante de conflitos e discriminações, sobretudo frente à ideia preconceituosa de que “se não fala uma língua indígena, indígena não é”. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Português Tapuia: um signo de resistência indígena*, Eunice Rodrigues (2018) expressa essa resistência ao afirmar:

O Português Tapuia é a expressão do sentimento de pertencimento ao ser indígena e ao ser Tapuia no Carretão. Para além de fonemas, morfemas, monemas, sememas, sintagmas, frases e orações, as línguas têm palavras que constroem sentidos, que contam histórias armazenadas, mantidas em silêncio e em segredo, em nome da sobrevivência do povo. A língua de um povo é muito mais que gramática e léxico, é sentimento, é vínculo com o passado, com a realidade e com a irrealidade. Ao reconhecer o Português Tapuia como sua língua indígena, os Tapias se reconhecem e se assumem, ao mesmo tempo, indígenas e Tapias. (Rodrigues, 2018, p. 148-149)

A aceitação do BRASLIND como língua falada pelos povos indígenas brasileiros representa, portanto, um ato de respeito e reconhecimento da identidade e da experiência desses povos, bem como uma valorização da diversidade cultural e



linguística do país. Tal reconhecimento pode influenciar diretamente políticas públicas e práticas educacionais, tornando-as mais sensíveis e adequadas às realidades sociolinguísticas das comunidades indígenas.

Pode-se pensar o BRASLIND como uma forma de decolonizar o conhecimento. Isso significa que através do BRASLIND, conhecimentos indígenas podem ser articulados para além das comunidades. Isso não quer ser uma expropriação do saber, mas uma forma desses saberes transformarem as realidades circundantes. Aqui é possível estabelecer um diálogo com a pesquisa desenvolvida por Célia Nunes Corrêa Xakriabá (2018), em sua dissertação *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*, realizada na aldeia Barreiro Preto, território Xakriabá (MG). A autora sugere um processo de **indigenização** do conhecimento, como forma de descolonizar o pensamento acadêmico e reconhecer o protagonismo dos povos indígenas na produção de saberes:

Mas é preciso haver um processo reverso, que é o que chamo de indigenização. Por que não indigenizar o outro? Por que não quilombolizar, campesinar o outro? Isso seria exercer o que se propõe a partir do conceito de interculturalidade.

Reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico é contribuir para o processo de descolonização de mentes e corpos, desconstruindo esse pensamento equivocado de que nós indígenas não podemos acompanhar as tendências tecnológicas, bem como todas as outras coisas que existem fora do contexto da aldeia, ao mesmo tempo que também nos questionam sobre nossa capacidade de ocupar tais lugares, como ocorre no ambiente acadêmico. Nossos sábios indígenas falam que a escola tem que ser interessante, que a escola do contexto não indígena tem muito o que aprender com as nossas, porque nós sabemos fazer com que esse espaço seja interessante para os alunos. Ele precisa servir para valorizar as experiências que nós vivemos no território. (Correa Xakriabá, 2018, p. 19)

Esse indigenizar o conhecimento poderia ser através do BRASLIND. Assim, valorizar a diversidade linguística do português falado por indígenas é reconhecer a riqueza do patrimônio linguístico brasileiro e compreender que a língua é também um instrumento de resistência e de reafirmação identitária. O BRASLIND, como manifestação dessa pluralidade, contribui para o fortalecimento das identidades culturais e para o sentimento de pertencimento e dignidade das comunidades que o utilizam.



Dessa forma, o BRASLIND não é falar o português errado como muita gente pensa que é, ou uma forma diferente do português, para nós indígenas é uma língua própria, com regras, lógica e estrutura diferente; é o caminho que liga o português com outras línguas indígenas de diferentes povos que resistiram durante a invasão quando muitas línguas foram proibidas e enfraquecidas transformando a língua imposta, e reinventando uma nova forma de comunicação marcada por resistência e identidade.

Apresentar o BRASLIND como algo a ser reconhecido não é algo pacífico. Há medos com sua confusão com o português, medos com a possível substituição das línguas ancestrais ou mesmo da imposição de uma padronização para as inúmeras comunidades. Há discussões como demonstra Gorete Neto (2022b, p-219-2020) que indicam que é preciso romper com a visão eurocêntrica da língua, que a língua não é estática; ainda, aliam o BRASLIND com a etnia específica para romper com uma lógica de padronização; debates que valorizam as comunidades indígenas falam assim e, portanto, que deve ser respeitado. Há tensões internas e externas. Nisso, diferenciar o BRASLIND de tentativas de se falar o português é fundamental.

Se, até a década de 1990, muitos textos ainda associavam o português com a língua do dominador e como uma língua cujo aprendizado é imposto, hoje não mais compartilhamos dessa visão, pelo menos não de modo exclusivo. Embora conscientes de que o português permanece invadindo os espaços das línguas indígenas e talvez esse seja o maior conflito para nós que trabalhamos com seu ensino, não me parece mais coerente com a realidade pós-colonial permanecer acreditando nessa relação dicotômica de imposição linguística. (Abram dos Santos, 2018, p. 276).

Na atual Década Internacional das Línguas Indígenas, liderada pela UNESCO, o BRASLIND passou a ser acolhido pelos próprios povos para entrar no Atlas Mundial das Línguas, isso ajuda a combater o processo de extermínio de línguas. Com isso, indígenas pesquisadores estão entrando nas universidades e mostrando novas formas de entender língua, cultura e conhecimento demonstrando que o BRASLIND deve ser tratado como Língua indígena e não como uma variação do português, pois tem característica singular como: som, gramática e vocabulário (Gorete Neto, 2022b, p. 227). Essas marcas mostram que ele não é português, mas outra língua, por exemplo:



Quadro 3: Braslind

Som: mudanças como “kra'pida” (grávida) ou “tchuva” (chuva).

Gramática: verbo no fim (“Ele chamou macaxeira comer”).

Vocabulário: uso de palavras indígenas (“txai”, “kã”).

Fonte: elaborado pela autora a partir de Rubim (2024)

Ou ainda outros exemplos

[...] na região norte (AM): Portumagua, no Alto Solimões/AM, português falado pelo povo Omágua (Língua Ancestral Kabemba). Exemplo: Eu quero tukute (Eu quero tucumã); Tem lago com muito eneate (Tem lago com muito bodó). Portukama, português falado pelos Kokama (língua ancestral Kokama) no Alto Solimões/AM. Exemplo: Akatsai minha cabeça! (Minha cabeça dói!) Ayau minha cabeça! (Minha cabeça dói!). [...] O Portukaixana, português falado pelos Kaixana no Alto Solimões/AM. Exemplo: Pega meu Waturá! (Traz meu aturá!) Língua Ancestral: Nheengatu/Kaixana. Na região nordeste (Rio Grande do Norte), o povo indígena Mendonça Potiguara (língua ancestral Tupi Potiguara), fala português indígena. Exemplo: (Toré Papagaio e Bem-te-vi). Povo Tapuia Tarairiú (língua ancestral Ketsekrá) fala português indígena. Exemplo: pigora minino! Olho grande menino! Badulaki! Orelha!) Língua ancestral Ketsekrá. (Rubim, 2024, p. 8)

Porém, o desafio segue quando entramos nas universidades que ainda tratam o BRASLIND como português comum, sendo muito prejudicial para os estudantes indígenas como: reprovação, evasão e um sentimento de desvalorização cultural; as instituições precisam reconhecer o BRASLIND para evitar práticas excludentes. (Gorete Neto, 2022b, p. 227) O BRASLIND faz parte de nossa identidade, carrega em si as marcas do tempo em que tivemos que nos reinventar, nos traz a memória a luta e o massacre dos nossos ancestrais, um sofrimento que perdura até hoje nos espaços sociais. É necessário reflorestar as mentes para compreender o significado dessa língua e respeitá-la.

Conhecer a história contada por aqueles que carregam as sequelas desse impacto social sofrido no tempo que foram silenciados, aqueles parentes que sofreram na escolarização colonial, nos aldeamentos, as catequeses e as mudanças políticas linguísticas ao longo dos séculos (reformas do Marquês de Pombal com a criação Diretório dos Índios, Serviço de Proteção aos Índios -SPI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI), nas tentativas de bilinguismo e seus limites. Como aponta Maria Gorete Neto: “é comum que setores anti-indígenas se utilizem do argumento de



que se não fala a língua indígena não é indígena e, portanto, não tem direito à terra e outros direitos” (2022b, p. 220).

Este impacto tem sequelas que entram em **conflito entre o português e as línguas indígenas**, relativizam o português como língua colonizadora e também ressignificada, uma noção totalmente compulsória entrando em disputa identitárias envolvendo o uso (ou não uso) das línguas indígenas e **no mito da língua pura**.

Célia Xakriabá defende que o processo de luta é também um processo de produção de conhecimento, ou seja, em cada luta aprendemos mais conhecimento nos mostrando que nós indígenas não apenas recebemos o português, mas o transformamos segundo nossa cosmologia, nossas memórias e modos de vida. (Correa Xakriabá, 2018) O BRASLIND é resultado de uma apropriação ativa.

Segundo Maria Gorete Neto, “uma língua é indígena porque quem a fala é indígena e não o contrário” (2022b, p. 220). Nesse sentido, questiona-se a visão colonial que reduz a identidade indígena ao domínio da língua ancestral. A identidade indígena não se define apenas pela comunicação, mas pelo pertencimento e pela vivência coletiva de seu povo. Ela afirma que,

A LP [Língua Portuguesa], apropriada, ressignificada, indigenizada carrega marcas da memória das lutas, da construção coletiva de saberes, das línguas ancestrais, das culturas e cosmovisões de cada povo. Tais marcas aparecem na estrutura da língua, na organização textual, no léxico, no discurso, na composição de textos escritos com textos imagéticos (Gorete Neto, 2022b, p. 218).

Com esse mesmo olhar, estabelecem-se paralelos entre a luta territorial e a luta intelectual. Pode-se comparar a luta na academia, pelo conhecimento com a luta pela terra. De um lado, há a busca pela retomada da terra que é um confronto diretamente com fazendeiros, de outro, há a disputa acadêmica que se revela como um território igualmente marcado pela reprodução do racismo e do poder colonial.

[...] faz-se mister lembrar que a **demarcação das terras indígenas é condição essencial para que as línguas indígenas continuem sendo faladas**. Sem território, a sobrevivência física, espiritual, cultural e linguística indígena está sob risco permanente. imagéticos (Gorete Neto, 2022b, p. 228).

Como sintetiza a própria experiência indígena nas palavras de Célia Xakriabá:

*Existe a universidade da vida e a vida na universidade,
Estar na academia só tem sentido se não exterminar a identidade.*



*Na luta também adquirimos conhecimento
 Portanto toda luta é epistêmica,
 Não há lugar de um único saber isso seria matar a “diferença”.
 Muitas vezes a sociedade se assusta quando se fala no etnocídio,
 sendo que na academia somos vítimas da produção do epistemicídio.
 Quando tentam negar o nosso conhecimento,
 É uma violência física e simbolicamente,
 Quando negam o território e o nosso saber, nos matam coletivamente.
 Muitos conhecimento se materializam
 Outros carregam imaterialidade,
 O conhecimento que não é palpável porque carrega subjetividade.
 A luta pelo território nos ensina, prepara-nos em outra dimensão
 Se na retomada (de terra) enfrentamos os fazendeiros.
 Na academia enfrentamos a sua geração.
 Na retomada enfrentamos armas de fogo,
 Viver lá é uma incerteza.
 Já na academia a arma que nos aponta é a escrita e a caneta.
 A tutela apreende mentes e corpos
 Resulta em violência e opressão.*

(Correa Xakriabá, 2018, p. 103. Grifo da autora)

Nesta perspectiva, o BRASLIND é o resultado de uma caminhada de preconceito sofrido desde os primeiros contatos nos espaços sociais, seja na escola de não indígenas e principalmente no espaço acadêmico. A indigenização da língua portuguesa recriou significados termos e grafias incluindo palavras nativas em textos em português, produzindo novas categorias epistemológicas, deixando para trás que para nós indígenas a língua é uma ferramenta de luta política, memória e valorização cultural. Portanto, o BRASLIND é uma língua indígena legítima; reconhecer isso é necessário para respeitar a diversidade linguística do Brasil; valorizar o BRASLIND fortalece nossa cultura, nossa história e nossa identidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a chegada dos invasores começou um longo processo de dominação que utilizou a língua como mecanismo central de controle, a catequese, os aldeamentos e a política linguística colonial buscaram enfraquecer ou eliminar as línguas indígenas que foram proibidas oficialmente seu uso, isso fez com que o português se tornasse a única língua legítima. No passar do tempo, políticas estatais do Império ao período republicano reforçaram o monolinguismo e aprofundaram o silenciamento das línguas originárias.



Apesar de toda essa violência linguística, os povos indígenas resistiram de forma ativa, reinventando a língua imposta. Ao interagir com o português, cada povo transformou fonemas, estruturas e vocabulários conforme suas próprias cosmologias e modos de vida. Esse processo, vivido ao longo do tempo e das gerações, resultou no BRASLIND, que é a língua indígena formada dentro de um contexto colonial, mas marcada profundamente pelos indígenas, pela memória e pela ancestralidade.

O BRASLIND não é produto de erro, mas de adaptação criativa e resistência cultural; ele incorpora marcas das línguas ancestrais, dos cantos, dos rituais, da territorialidade e dos conhecimentos próprios de cada povo. Transforma-se, portanto, um testemunho vivo das estratégias de sobrevivência cultural e linguística frente à imposição do português.

No contexto atual, reconhecer o BRASLIND é enfrentar o colonialismo linguístico ainda presente em escolas e universidades, que desvalorizam variedades indígenas do português. A legitimação como língua e não como “português mal falado”, constitui, portanto, um passo essencial para políticas públicas que respeitam a pluralidade e fortalecem identidades coletivas, especialmente num país historicamente marcado por apagamentos.

Por isso, primeiramente, esse artigo buscou conhecimentos indígenas que fundamentassem uma compreensão de língua. Com Altaci Rubim percebeu-se que há a **vitalização da língua**. Isso traz a importância de não pensar em moldes prontos e hegemônicos, mas surgem entrelaçamentos com o a memória, com a existência, com a dinamicidade. Altaci Rubim também traz a compreensão de **língua-espírito**. Assim, para ela as línguas indígenas estão adormecidas, não foram extintas. A língua espírito não se encaixa em sistemas ou gramáticas eurocêntricos, mas relaciona a língua com a memória, **a ancestralidade dos povos voltadas às experiências locais**.

Com Ailton Krenak, compreendemos que **língua é tecnologia de sobrevivência**. Língua é uma **chave de compreensão dos fenômenos**. Logo, a língua relaciona-se com o estar vivo, e a possibilidade de produzir e **criar mundos**. Já Davi Kopenawa não nos deixa esquecer das ameaças. A memória das línguas



ancestrais é constantemente ameaçada pelo português “**doce como o caldo de cana**”, impositivo, colonizador, destruidor.

Célia Xakriabá apresenta a necessidade de **indigenização** do conhecimento. Para ela, é preciso decolonizar o pensamento acadêmico e reconhecer o protagonismo dos povos indígenas na produção de saberes. Assim, indaga que no mesmo sentido de quilombolizar, há a urgência de um indigenizar. Isso implica em reconhecer a participação indígena no fazer epistemológico, valorizando as experiências vividas no território.

Nesse horizonte, BRASLIND é apresentado como uma língua indígena, como português profundamente influenciado pelas estruturas e características das línguas indígenas. Essa língua reflete a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas e é resultado da interação contínua entre o português e as diversas línguas nativas. Reconhecer o BRASLIND não é algo pacífico e de consenso. Há conflitos entre o português e as línguas indígenas, pois há marcas históricas da língua colonizadora. Também há disputa identitárias, preconceitos que envolvem o mito da língua pura, como que se para ser indígena só pudesse ser falado uma língua específica

Importante é não esquecer que **língua e território** estão entrelaçados. Como Célia Xakriabá compara, a luta pela terra assemelha-se a luta na academia. Assim como a terra, a acadêmica que se revela como um território igualmente marcado pela reprodução do racismo e do poder colonial.

A realização desta pesquisa enfrentou desafios significativos que evidenciam a persistência do racismo epistêmico na produção acadêmica. A principal dificuldade residiu na escassez de registros bibliográficos que reconheçam o **BRASLIND** fora da lógica do erro gramatical, exigindo um esforço rigoroso para filtrar fontes que não reproduzissem o olhar colonial. É preciso afirmar que a dependência de material publicado nesse campo investigativo é uma lógica limitante da construção do conhecimento. Para esta pesquisadora, enquanto mulher indígena Kokama, a maior barreira consistiu em tensionar as estruturas de um espaço acadêmico que, historicamente, prioriza vozes não indígenas para falar sobre os povos originários. Superar o silenciamento dessas epistemologias e localizar referenciais que



validassem a língua como 'ser vivo' e território de resistência foi, portanto, parte central do processo de enfrentamento e construção deste estudo.

A continuidade desta pesquisa vislumbra caminhos que transcendem a análise bibliográfica, projetando ações práticas e políticas para a consolidação do BRASLIND no cenário nacional. Um dos desafios primordiais reside na promoção do reconhecimento acadêmico desta língua por meio de publicações e eventos que tencionem as estruturas tradicionais da linguística. Para além do campo teórico, torna-se urgente o desenvolvimento de políticas educacionais interculturais que não apenas integrem os saberes originários aos currículos formais, mas que assegurem a **participação direta e protagonista dos povos indígenas** na formulação e implementação dessas diretrizes. Nesse sentido, a inclusão do BRASLIND em materiais pedagógicos e planos de aula bilíngues, aliada a uma formação docente pautada em metodologias comunitárias, constitui um passo essencial para combater o preconceito linguístico. Por fim, aponta-se para a necessidade de estudos empíricos aprofundados que investiguem o uso cotidiano e o impacto pedagógico do BRASLIND, fortalecendo-o como um território político de resistência e reafirmação das epistemologias indígenas.

Em suma, este artigo teve como **objetivo** discutir a importância do reconhecimento do BRASLIND como língua falada pelos povos indígenas brasileiros, analisando seu papel na preservação cultural, na valorização da identidade e na construção de políticas linguísticas e educacionais inclusivas. A **justificativa** baseia-se na necessidade de promover o respeito à diversidade linguística e de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, plural e culturalmente sensível. Respeitar, compreender e reconhecer o BRASLIND é, portanto, um passo essencial para a promoção da **justiça social**, da **diversidade cultural** e do **reconhecimento das múltiplas vozes** que compõem o Brasil.

Dessa forma, a história do BRASLIND revela que, embora o português tenha sido imposto como instrumento de dominação, ele foi transformado e ressignificado pelos povos indígenas, tornando-se, enfim, também um espaço de resistência, memória e afirmação identitária. Ainan!



REFERÊNCIAS

ABRAM DOS SANTOS, Lilian. Educação intercultural e ensino de português para indígenas. **Revista X**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 262-287, out. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/60423>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BANIWA, Gersem Luciano. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

BANIWA, Gersem dos Santos LUCIANO. O “índio” brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2006. (Coleção Educação para Todos; 12).

CORDOVIL, Karina Borges. **Março**: BRASLIND Tupinambá. In: RUBIM, Altaci Correa (Org.). **BRASLIND**: o caminho para as línguas ancestrais. Brasília, Ed. Dos Autores, 2024, p. 19. Disponível em: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/BRASLIND_CARTILHA_DIGITAL.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. **O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT). Brasília – DF, 2018. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/xat00003.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2025.

GORETE NETO, Maria. A Década Internacional das Línguas Indígenas e as línguas em uso pelos povos indígenas brasileiros: contribuições da Linguística Aplicada. **DELTA**: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 38, n. 4, p. 1-13, 2022a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/zQLRgMwXjWRKjs7QHfJskpq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 dez. 2025.

GORETE NETO, Maria. Reflexões sobre o português falado por povos indígenas: resistência e ressignificação. **Revista da FAEEDA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 31, n. 67, p. 214-231, jul. 2022b. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432022000300214&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 dez. 2025.

GRUPO DE TRABALHO NACIONAL-BR/DILI 2022-2032. **Língua-Espírito**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.decadalinguasindigenasbr.com/wp-content/uploads/2025/01/LINGUA_ESPIRITO_2025.1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022: Brasil tem 391 etnias e 295 línguas indígenas. **Agência IBGE Notícias**. Reportagem de Jana Peters e Marília Loschi. Arte: Claudia Ferreira. 24 out. 2024, 10h00. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44848-censo-2022-brasil-tem-391-etnias-e-295-linguas-indigenas>. Acesso em: 1 dez. 2025.

KOPENAWA YANOMAMI, Davi. Conferência de Abertura. **XIX Congresso Internacional Abralic** - Redes, Margens e Rios, da Associação Brasileira de Literatura Comparada (@abralic.associacao), na cidade de Manaus – AM, 23 e 27 de junho de 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/hutukara_yanomami/. Acesso em: 25 jun. 2025.



KOPENAWA YANOMAMI, Davi. A grande enchente: história da diferenciação das línguas. **Das Questões**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 7–11, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/32323>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

KRENAK, Ailton. “A língua é uma tecnologia de sobrevivência”. **Veja São Paulo**, Entrevista realizada por Laura Pereira Lima, 16 maio 2024, 18h48. Leia mais em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/ailton-krenak-lingua-mae/> Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/ailton-krenak-lingua-mae/>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MAHER, Terezinha Machado. Sendo Índio em Português. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). **Lingua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras, 1998, p.115-138.

MUNDURUKU, Daniel. Índio” ou indígena?. **Youtube**, 27 dez. 2018. 6 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4Qcw8HKFQ5E>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MIGNOLO, Walter. Cambiando las éticas y las políticas del conocimiento: lógicas de la colonialidad y poscolonialidad imperial. **Tabula Rasa**, n.3, 2005. p.47-72.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO. 2000. p.203-241. (Colección Sur Sur)

RUBIM, Altaci Corrêa (Tataiya Kokama). **Epistemologias indígenas**: a língua kokama para além do léxico e da sintaxe. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Museu Nacional, Mestrado Profissional em Linguística e Línguas Indígenas – PROFLLIND, – Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/26477/1/ACRUBIM.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

RODRIGUES, Eunice Moraes da Rocha. Português Tapuia: um signo de resistência indígena. **Revista Porto das Letras**, v. 4, n. 1, p. 133-154, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portoda>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

RUBIM, Altaci. As línguas indígenas estão adormecidas, não foram extintas. **Amazônia Real. Povos Indígenas**. 19. abr. 2023. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/as-linguas-indigenas-estao-adormecidas-nao-foram-extintas-diz-linguista-kokama/>>. Acesso em: 1 dez. 2025.

RUBIM, Altaci Correa (Org.). **BRASLIND**: o caminho para as línguas ancestrais. Brasília, Ed. Dos Autores, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/BRASLIND_CARTILHA_DIGITAL.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Aumento da alfabetização entre indígenas é maior em territórios protegidos, revela Censo do IBGE. **GOV.BR**, 07 out. 2024, 15h43. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/aumento-da-alfabetizacao-entre-indigenas-e-maior-em-territorios-protegidos-revela-censo-do-ibge>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, sociedade**: lutas (de)coloniais de nossa época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.



TUKANO, Daiara. **Nhe'ë Porã: Memória e Transformação**. Curadoria Daiara TUKANO. Período de exposição. 12/10/2022 a 23/04/2023. São Paulo, SP: Museu da Língua Portuguesa, 2023. Disponível em: <<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/memoria/exposicoes-temporarias/nhee-pora-memoria-e-transformacao/>>. Acesso em: 25 nov. 2025.

UNESCO. **Década das Línguas Indígenas (2022-2032)**. 23 jan. 2020 Disponível em: <<https://www.unesco.org/en/decades/indigenous-languages>>. Acesso em: 25 nov. 2025.